

LÍNGUA PADRÃO FALADA E LÍNGUA PADRÃO ESCRITA: O QUE SE OUVE NA PRIMEIRA SE LÊ NA SEGUNDA?¹

Maria Lucia de OLIVEIRA² (UFMG)

RESUMO: Neste artigo, são apresentados os resultados de uma investigação feita acerca de dois fenômenos de ocorrência praticamente generalizada na língua falada e não recomendados pela gramática tradicional: a) Emprego do verbo *ter* no lugar de *haver*, na acepção de *existir*, e b) Emprego de sujeito preposicionado. Estaria a língua padrão escrita incorporando esses fenômenos? Em busca dessas ocorrências, foram analisados doze exemplares da revista *Superinteressante*. A pesquisa revelou que esses dois fenômenos que ocorrem de forma generalizada na língua falada têm ocorrência muito baixa na língua padrão escrita, mantendo-se para eles as regras gramaticais tradicionais.

ABSTRACT: This article presents the results of an investigation into two linguistic phenomena which generally occur in spoken language and deviate from traditional grammatical practice, specifically, the use of the verb “to have” in place of the verb “to be”, when the meaning sought is “to exist”, and the use of a prepositional subject. Is the written language beginning to incorporate these phenomena? In search of an answer a dozen issues of the magazine *Superinteressante* were analyzed. The research revealed that the two phenomena, which generally occur in the spoken language, occur much less frequently in written language which seems to more closely adhere to traditional grammatical rules.

1. Introdução

Os professores de Língua Portuguesa já há algum tempo vivem imersos em um jogo de forças que os deixa cada vez mais inseguros. Perdem-se em meio a teóricos que execram o ensino de gramática tradicional, tomando-o como causa da crise no ensino de língua, a especialistas que, em cursos de formação, despejam sobre eles pesquisas acadêmicas que pouco agregam à sua prática diária de sala de aula e à constatação de que o número de alunos que lêem e produzem competentemente um texto parece ser menor a cada ano que passa. Poucos têm clareza sobre os fundamentos e os objetivos de seu trabalho.

Nesse contexto complexo, esses professores quase nunca trabalham com fatos e dados, mas muito mais com leituras rápidas, com falas que quase sempre provêm de uma fonte legitimada, mas nas quais não se aprofundam. Parece que é algo assim que ocorre com a questão do ensino centrado em gramática tradicional.

Quando esses professores lêem afirmações como as que se encontram a seguir, tendem a tomá-las como verdadeiras, porque provêm de uma fonte legitimada.

...quem é que encontra falantes reais que utilizam sempre as regências de verbos como *assistir*, *visar*, *preferir*, etc. como as gramáticas mandam? O que estou sugerindo é que, de fato, devemos considerar formas como ‘assistir ao jogo’ como arcaísmos e, conseqüentemente, formas como *assistir o jogo* como padrões, ‘corretas’. Simplesmente por uma razão: no português de hoje, ser ‘espectador de’ se diz *assistir*, e não *assistir a*. (...) Se tais formas ocorrerem, ocorrerão (olha aí!) raramente, de preferência na escrita, e como conseqüência de um ensino explícito, quase como se se tratasse de formas de uma língua estrangeira. POSSENTI (2003, p.39)

Há uma tendência muito forte na linguagem oral do português brasileiro de tornar transitivos diretos alguns verbos que tradicionalmente eram transitivos indiretos (Assisti um filme, por exemplo, em vez de Assisti a um filme). Nesses casos, a tendência já está passando à escrita, e talvez seja muito mais freqüente o emprego ‘errado’ que o emprego ‘certo’, mesmo em textos de boa qualidade, escritos por bons escritores ou jornalistas.

¹ Os dados aqui apresentados, relativos ao emprego dos verbos *ter* e *haver*, bem como de sujeito preposicionado, foram coletados, em 2005, com o apoio de Maria da Conceição de Oliveira e Raimunda Alvim Lopes Bessa e apresentados em trabalho final de curso de disciplina isolada na FALE –UFMG, ministrada pelo Prof. Dr. Luiz Carlos de Assis Rocha.

² Contato: marluol@terra.com.br

Quando o uso chega a esse ponto, pode-se dizer que a mudança padrão começa a se consolidar.” FARACO & TEZZA (1992, p. 32)

Nem sempre os estudiosos que fazem afirmações dessa natureza deixam claro a que modalidade de língua se referem, se à oral ou à escrita, nem o que entendem por norma padrão.

Por exemplo, quando Faraco & Tezza afirmam que a tendência de se usar o verbo *assistir* como transitivo direto, na acepção de *ver, presenciar*, já está passando à escrita, em que dados se baseiam para fazerem essa afirmativa? Não seria importante mostrar o que a embasa? Uma pesquisa realizada na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais cujos resultados foram apresentados, em 2002, na dissertação de Mestrado *Regência Verbal – uma intervenção no ensino: mídia ou gramática tradicional?* revelou que essa tendência não corresponde à realidade, pelo menos em se tratando de língua padrão escrita, entendida como aquela que está presente em textos oficiais, técnico-científicos e jornalísticos contemporâneos³. A pesquisa foi feita por Júlia Leocádia das Graças, que investigou a regência de 15 verbos em 1163 unidades de frases, recolhidas de 188 números da *Folha de S. Paulo*, 334 do *Estado de Minas*, 32 revistas *VEJA*, 53 *IstoÉ*, 29 *Caras*, e 10 livros, entre didáticos, técnicos e científicos, sendo todas essas fontes de 2001. Encontrou 8,89% de ocorrências com o verbo *assistir* sendo usado como transitivo direto e **91,11%** como transitivo indireto.

Como salienta SENA (1986, p.75), “... a norma lingüística é uma realidade que se constata através de pesquisas, e estas hoje se baseiam (...) no critério de freqüência. O que é freqüente no uso de uma variedade da língua é que constitui a norma.” Considerados os resultados da pesquisa citada, entende-se que não há sinais de início de consolidação de uma nova norma em relação ao emprego do verbo *assistir*, mantendo-se seu emprego em consonância com a gramática tradicional.

O início dessa abordagem pode levar o leitor mais apressado a entender que, neste artigo, o que se defenderá é o ensino da gramática tradicional – não é. O que ganha relevância aqui é a necessidade de se fazerem pesquisas para que se descreva a língua padrão escrita contemporânea e o cuidado que se deve ter com afirmações que não explicitam sua base de dados. Há muito em jogo: a confiança que o professor credita aos teóricos da língua, a necessidade de transformação de uma prática pedagógica eivada de “achismos”, e, na ponta, um aluno que precisa apropriar-se da norma padrão escrita, e quem tem a responsabilidade de lhe propiciar isso é a escola.

A pesquisa que será descrita neste artigo foi feita com o objetivo de se verificar a freqüência do emprego do verbo *ter* no lugar de *haver*, na acepção de *existir*, e o emprego de sujeito preposicionado, fenômenos comuns na língua falada e não-recomendados pela gramática tradicional. Estaria a língua padrão escrita incorporando esses fenômenos em freqüência tal que esta indicaria o início de uma mudança na norma?

2. Esclarecendo alguns conceitos

Em sua origem grega, o vocábulo *gramática* significa “a arte de ler e escrever”, o que já evidencia seu foco na língua escrita. A disciplina gramatical foi criada por volta do século III a.C. na Grécia. Segundo NEVES (1987, p.105), era, na época helenística, “uma disciplina independente, constituindo uma exposição sistemática e metódica dos fatos de língua depreendidos das obras literárias”. Gramático era aquele que, dedicado ao exame das obras literárias dos autores gregos, em busca dos padrões lingüísticos ideais que deveriam ser preservados, fazia a revisão crítica dos textos e interpretava-os, apontando suas qualidades e defeitos. Ao analisar essas obras, fazia-o com o objetivo de reconhecer ou não se constituíam um modelo dos padrões do grego clássico, já que a linguagem corrente era considerada corrompida.

Para BAGNO (2003), nesse interesse exclusivo dos fundadores da disciplina gramatical pela língua dos grandes escritores do passado, desprezando a linguagem corrente, cunhada de língua corrompida, contaminada de barbarismos, decadente, reside o que ele chama de “pecado original” dos estudos tradicionais sobre a língua.

Foram eles e seus seguidores que plantaram as sementes do preconceito lingüístico, que iam dar tantos e tão amargos frutos ao longo dos séculos seguintes. (...) Por isso, até hoje, as pessoas julgam a língua falada usando como instrumento de medição a língua escrita literária mais consagrada: qualquer regra lingüística que não esteja presente na grande

³ Ver item 3 deste artigo.

literatura (e como são numerosas essas regras!) é imediatamente tachada de “erro”. (BAGNO, 2003, p. 46-47)

Esse autor traz à tona discussões que têm ocorrido sobre o respeito às variedades lingüísticas e o repúdio a uma concepção de língua como objeto pronto e acabado, estável e homogêneo, o que, segundo ele,

reduz a “língua” a “norma (cult)””; em seguida, reduz esta “norma culta” a “gramática” — mais precisamente, a uma gramática da frase isolada, que despreza o texto em sua totalidade, as articulações-relações de cada frase com as demais, e o contexto extralingüístico em que o texto (falado ou escrito) ocorre —, gramática entendida como uma série de regras de funcionamento mecânico que devem ser seguidas à risca para dar um resultado perfeito e admissível. (BAGNO, 2003, p. 20)

Essa questão colocada por Bagno possibilita o tratamento de uma das acepções que o vocábulo *gramática* tem hoje. Nesse sentido, gramática é uma espécie de manual de regras estabelecidas por especialistas que tomam como referência a língua escrita consagrada em obras de grandes escritores do passado (passado, aqui, não contempla os escritores do Modernismo, que, como se sabe, rompem com os padrões lingüísticos tradicionais para incorporar, em suas obras, uma língua mais próxima da fala do povo brasileiro). Esse manual de regras é modelar, e, supostamente, todo falante deve segui-lo à risca se quiser ser reconhecido como alguém que fala e escreve bem. A gramática, nessa acepção, trata apenas de uma variedade de língua – a chamada variedade culta, empregada pelas classes sociais de prestígio econômico, político, cultural, etc. Observe-se que Bagno coloca entre parênteses a palavra *culta* (“reduz a “língua” a “norma (cult)””; em seguida, reduz esta “norma culta” a “gramática”). Para ele, essa adjetivação é ideológica e pode induzir à idéia de que existe uma variedade *inculta*, difundindo-se o preconceito de que “toda e qualquer variedade diferente dessa é ‘feia’, ‘estropiada’, ‘corrompida’(...)”. (BAGNO, 2001, p.26).

Neste trabalho, o termo *norma culta*⁴ estará sendo tomado na acepção que BAGNO (2003, p.63) descreve como “a língua empregada no dia-a-dia pelos falantes que têm escolaridade superior completa, nasceram, cresceram e sempre viveram em ambiente urbano”. Como sinônimo de *norma culta*, será tomado o termo *norma padrão*, ou apenas *norma*, caracterizado por BAGNO (2003, p.65), como um modelo arbitrário, construído de acordo com critérios de bom gosto vinculados a uma determinada classe social, a um determinado período histórico e num determinado lugar, uma norma “imposta de cima para baixo, decretada por pessoas e instituições que tentam regrar, regular e regulamentar o uso da língua”. Essa *norma padrão*, de acordo com BAGNO (2001, p. 148), designa a concepção de língua das gramáticas normativas, dos comandos paragramaticais⁵ e instituições afins, bem como da ideologia subjacente às representações que as pessoas têm sobre língua e gramática. No caso deste trabalho, a referência será, especificamente, à norma padrão escrita.

Para TRAVAGLIA (2000), a gramática, concebida como um manual de regras de bom uso da língua (“bom” identificado com o emprego feito pelos grandes escritores do passado), é comumente rotulada como *gramática normativa*, a qual trata essencialmente da descrição da variedade da chamada língua culta e considera como erro tudo o que foge às normas por ela definidas. Para esse autor, argumentos de natureza estética, elitista ou aristocrática, política, comunicacional e histórica estão embutidos nessa concepção de gramática. Apoiando-se em argumentos estéticos para incluir ou excluir da norma culta formas e usos lingüísticos, a gramática normativa dita que se evitem vícios como a cacofonia e o pleonismo vicioso, entre outros. Por argumentos elitistas ou aristocráticos, que tanto se referem à oposição povo /elite, quanto à autoridade dos gramáticos e dos escritores consagrados, impõe sobre o termo *linguagem popular* uma carga pejorativa e condenatória, não tratando suas ocorrências como diferenças entre variedades lingüísticas ou mesmo entre a modalidade oral e a escrita. A condenação de estrangeirismos pela gramática normativa deriva de um argumento político, segundo o qual a nação precisa manter sua língua, um dos componentes de sua identidade, correndo o risco de, ao não fazê-lo, ser dominada culturalmente. Considerando o efeito comunicacional, prega a clareza, a precisão e a concisão, sem levar em conta que, em determinadas situações, é exatamente a falta delas que vai gerar os efeitos de sentido pretendidos. O argumento de natureza

⁴ BAGNO (2003, p. 65, 66) sugere que se utilize o termo *variedades de prestígio* ou *variedades prestigiadas*, para se evitar a intervenção da noção estereotipada e excludente de “cultura”.

⁵ Comandos paragramaticais são, em sua forma “clássica”, de acordo com BAGNO (2001, p. 97), livros destinados ao público em geral (portanto, livros não-didáticos, no sentido de não serem manuais para o ensino convencional), escritos por autoproclamados “defensores da língua portuguesa” (...). Na modernidade, servem-se dos meios de comunicação, como jornal, revista, rádio, televisão, telefone, CD-ROM, Internet. São também comandos paragramaticais os manuais de redação de empresas jornalísticas.

histórica nada mais é do que a recorrência à tradição do uso, desconsiderando que toda língua muda com o tempo e que essa mudança não significa decadência.

Como sinônimo de *gramática normativa*, será tomado, neste trabalho, o termo *gramática tradicional* contrariando BAGNO (2001). Esse autor considera a gramática tradicional a “alma” de um “corpo” chamado gramática normativa. A primeira seria a “ideologia⁶” que dá alento à segunda, a “coisa material”. Mas é esse mesmo autor que oferece argumento para usar esses dois termos como sinônimos, quando, numa passagem de seu livro *Dramática da língua portuguesa* (2001, p.31), ao criticar uma afirmativa de Napoleão Mendes de Almeida, diz que a gramática tradicional está *crystalizada nas gramáticas normativas*.

3. O corpus da língua padrão escrita

Autores, como PERINI (1985), CASTILHO (2002), ROCHA (2002) e POSSENTI (2003) criticam a prática de muitos gramáticos de buscar nas obras literárias do passado abonações para fixação das regras gramaticais. Com muita propriedade, alegam que a linguagem literária, seja do passado ou da contemporaneidade, não pode ser tomada como modelo de língua padrão, pois é usada com finalidade artística, caracterizando-se, muitas vezes, exatamente pela ruptura com os modelos lingüísticos vigentes e pela inovação.

Consideram que os exemplos de língua padrão escrita devem ser buscados nos textos redigidos nessa variedade lingüística, ou seja, nos textos técnicos, científicos e jornalísticos contemporâneos. Isso, para ROCHA (2002), significa apoiar a gramática da língua padrão em *bases autênticas*. Esse autor considera que os textos oficiais (aqueles produzidos por órgãos e repartições públicas e por empresas) também são exemplares da língua padrão. Excetua, no caso dos textos jornalísticos, as crônicas ou colunas assinadas, as entrevistas, as propagandas e as cartas do leitor, que seriam gêneros cuja linguagem pode aproximar-se mais da empregada na literatura ou apresentar mais marcas da oralidade.

4. A pesquisa

Trabalhando, então, com a premissa de que os textos jornalísticos podem ser tomados como modelo de língua padrão escrita, foi feita a leitura e a análise de doze exemplares (dois do ano 2000, dois de 2001, um de 2002, dois de 2004 e cinco de 2005) da revista *Superinteressante*, publicação da Editora Abril, investigando-se os seguintes fenômenos lingüísticos:

a) emprego dos verbos *ter* e *haver* (na acepção de *existir*)

Estaria o verbo *ter* substituindo o verbo *haver*, na acepção de *existir*, como é freqüente na língua padrão falada?

A freqüência do uso de *ter* no lugar de *haver*, nessa acepção, já indicaria o estabelecimento de uma nova norma?

b) Sujeito preposicionado – por influência da língua padrão falada, já seria padrão na escrita uma frase como “Está na hora dos alunos começarem a falar.”?

Haveria ocorrências de emprego de sujeito preposicionado nessa publicação? Se sim, sua freqüência já indicaria o estabelecimento de uma nova norma?

Os fenômenos lingüísticos foram pesquisados em toda a revista, exceto nos textos publicitários e nos das seções *Carta do leitor*, *Supertech*, *Supercult* e *Superpapo*. A seção *Carta do leitor*, como o próprio nome revela, traz um discurso que pode não ser o da revista em análise, mas do leitor. As seções *Supertech* e *Supercult* apresentam características que aproximam seus textos de propagandas e anúncios, gêneros que foram descartados na análise por sua linguagem ser intencionalmente trabalhada, explorando-se as funções poética, emotiva e apelativa. Na seção *Superpapo*, são publicadas entrevistas, gênero que pode apresentar interferências mais marcantes de traços da língua falada.

Trabalhando com critérios de uso ou de freqüência, levantou-se a coincidência ou não entre a norma apresentada na gramática (e em publicações do gênero — manuais de redação de empresas jornalísticas,

⁶ O autor emprega esse termo com o sentido de visão de mundo ou conjunto de idéias dominantes numa sociedade, imposto pelas classes sociais que detêm o poder político e econômico. Enfatiza que não deixa de reconhecer, porém, a existência de outros conjuntos de idéias, de outras ideologias, associadas às outras classes sociais.

livros dedicados ao ensino do “certo” e do “errado” em português) e os fatos gramaticais coletados na *Superinteressante*.

Os textos em que foi feita a pesquisa pertencem ao gênero divulgação científica, que se constitui a partir da intersecção de dois gêneros discursivos: o discurso da ciência e o discurso do jornalismo. Em linhas gerais, pode-se dizer que a divulgação científica opera uma espécie de tradução intralingual, na medida em que busca a equivalência entre o jargão científico e o jornalístico. Busca, ainda, propiciar ao leitor leigo o contato com o universo da ciência através de uma linguagem que lhe seja familiar. No discurso científico, emprega-se uma linguagem objetiva, concisa e formal, própria da modalidade escrita da língua. Já o discurso jornalístico caracteriza-se pela objetividade, clareza e concisão da linguagem.

O texto de divulgação científica deve assumir as perspectivas do discurso científico, discurso universal, institucionalizado, que adquiriu historicamente a condição de porta-voz da verdade e o *status* de autoridade. Entretanto, esse gênero textual não se constitui de maneira tão formal quanto o texto científico, uma vez que não se dirige a um público especialista. Cabe ao autor tornar seu texto interessante e acessível porque é também um produto a ser comercialmente veiculado. Isso não lhe tira a condição de ter de se apresentar de acordo com a norma padrão.

No caso da revista em análise (*Superinteressante*), por seus textos representarem o saber institucionalizado, esperava-se encontrar uma linguagem formal, culta. Ao lado disso, também se esperava encontrar tentativas de aproximação da linguagem utilizada por seu público-alvo, já que é uma publicação dirigida ao público jovem, o que poderia distanciar os textos da norma padrão escrita.

Após leitura, releitura e seleção dos dados, foram montadas planilhas de ocorrências, nas quais foram transcritos os dados encontrados com sua respectiva quantidade de ocorrências. O passo seguinte foi o cruzamento desses dados à luz de um referencial teórico, constituído de doze obras — gramáticas tradicionais e, como chama BAGNO (1999), comandos paragramaticais (manual de redação de empresa jornalística, livros de tira-dúvidas de português, *Manual de redação da Presidência da República* — este usado para pesquisa apenas no caso do sujeito preposicionado).

5. Os dados encontrados na pesquisa

a) Emprego dos verbos *ter* e *haver* (na acepção de *existir*)

É muito comum na língua falada a ocorrência do verbo *ter* no lugar de *haver*, na acepção de *existir*, e isso tem-se manifestado também na escrita. CEGALLA (1990) comenta que uma frase em que se usa o verbo *ter* no lugar de *haver*, na acepção de *existir*, é “estereotipada, de cunho popular”.

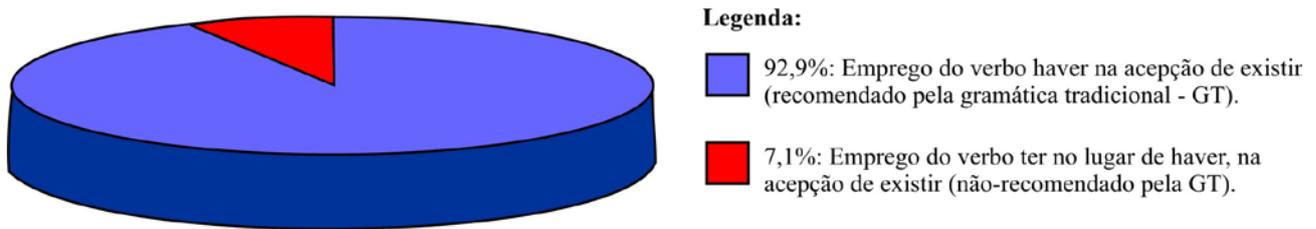
Nas revistas *Superinteressante*, foram encontradas as duas ocorrências, dentre as quais foram selecionados os seguintes exemplos:

“Desde os anos 1960 já **havia** televisores com controle remoto no Brasil.” (ed. 214, jun. 2005, p. 53)
“Mas **há** teorias que dizem que a perseguição teve razões mais misteriosas(...)” (ed. 210, fev. 2005, p. 42)
“Em áreas turísticas, onde **há** muitos estrangeiros, há maior esforço de identificação.” (ed. 210, fev. 2005, p. 26)

“Nesta edição aqui, **tem** mais uma obra-prima com a participação da dupla Iria-Sambugaro:(...)” . (ed. 212, abr. 2005, p. 10)
“A lista fez tanto sucesso que **teve** pesquisador escrevendo à redação da *Popular Science* pedindo para ser incluído (...)” (ed. 212, abr. 2005, p. 24)
“**Tem** até quem pague 700 reais por um chiclete mastigado por Britney Spears.” (ed. 212, abr. 2005, p. 16)

Nos doze exemplares da revista *Superinteressante*, foram encontradas quatrocentas e treze ocorrências dos verbos *ter* e *haver*, na acepção de *existir*. Desse número, conforme mostra o gráfico a seguir, trezentas e oitenta e quatro são do verbo *haver*, o que representa 92,9% dos casos; as outras vinte e nove são do verbo *ter*, o equivalente a 7,1% das ocorrências.

GRÁFICO Nº 01: Emprego dos verbos *ter* e *haver*, na acepção de *existir*



b) Sujeito preposicionado

Observe-se uma ocorrência como esta: “Antes de ele fazer o curso, tinha muitas dúvidas.” Pouco comum na língua falada, essa é a forma recomendada pela gramática tradicional. Na língua falada, a tendência é que se faça a fusão: “Antes **dele** fazer...” *De + ele*, por hábito e eufonia, costumam vir incorporados na pronúncia. Isso ocorre, mesmo quando o sujeito do infinitivo é *ele/ela* ou um substantivo iniciado pelos artigos *o, a, os, as*, colocados após a preposição *de*.

Apenas nos chamados comandos paragramaticais foram encontradas explicações para esse tipo de ocorrência. LEME (1992) afirma que, quando ocorre uma preposição antes do sujeito do infinitivo, não pode haver combinação da preposição com o pronome sujeito e, sendo um substantivo o sujeito do infinitivo, não pode haver combinação da preposição com o artigo que precede o substantivo.

NETO (2003) explica construções como “de o” e “de ele” da seguinte forma:

Pense na seguinte frase: “No caso de se alterar o cenário...” Qual é o sujeito do infinitivo “alterar”? Só pode ser o que se altera, ou seja, “o cenário”. Você percebeu que esse sujeito apareceu depois do verbo. Percebeu também que estão presentes as palavras “de” e “o”, separadas: “No caso de se alterar o cenário...”. Na frase em questão, o sujeito é posposto, isto é, vem depois do verbo. E se fosse anteposto? Seria possível pura e simplesmente alterar a ordem das palavras: “No caso **de o** cenário se alterar”. A forma “de o” se explica pelo fato de a preposição não fazer parte do sujeito. (NETO, 2003, p.70)

Neto acrescenta que, quando entra em cena o aspecto da eufonia, “a maior parte das gramáticas diz que, nesses casos, a fusão da preposição com o artigo ou pronome é fato mais que consagrado, não só na fala, mas também na escrita...”. Na pesquisa realizada, conforme se verá, isso não se confirmou.

O *Manual de Redação da Presidência da República* traz os exemplos a seguir, sem mais explicações, na seção intitulada “sujeito” (entende-se que, na coluna da direita, encontram-se as formas recomendadas pelo autor).

È tempo do congresso votar a emenda	È tempo de o congresso votar a emenda
Não vejo mal no governo proceder assim	Não vejo mal em o governo proceder assim
Apesar das relações entre os países estarem cortadas	Apesar de as relações entre os países estarem cortadas
Antes destes requisitos serem cumpridos	Antes de estes requisitos serem cumpridos
Apesar da assessoria ter informado em tempo	Apesar de a assessoria ter informado em tempo
No caso da lei ser aprovada	No caso de a lei ser aprovada

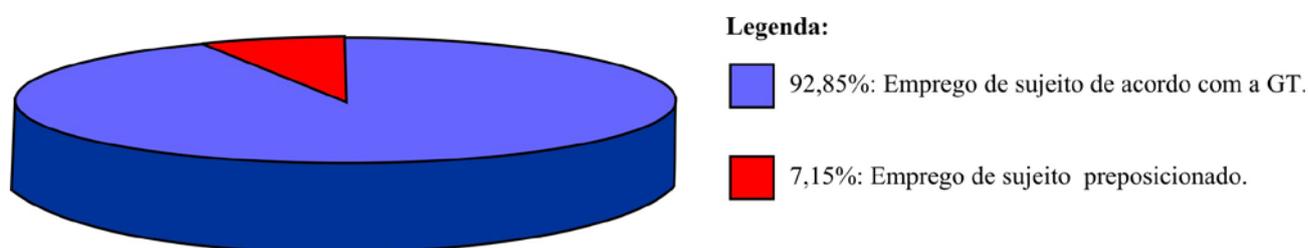
Eis alguns exemplos dessas ocorrências, coletados nas revistas *Superinteressante*.

“ Para o caso **do** alerta não dar certo, outras empresas estão desenvolvendo pára-choques e capôs “deformáveis”, desenhados para absorver o choque no corpo do pedestre.” (ed. 211, mar. 2005, p. 17)
 “Mesmo depois **dos** ensinamentos cabalísticos terem sido passados para o papel, seu estudo ainda era restrito.” (ed. 214, jun. 2005, p. 69)

“Apesar **de o** Brasil também sofrer com suicídios, os problemas por aqui são outros: (...)” (ed. 211, mar. 2005, p. 20)
 “É só se jogar na linha do metrô pouco antes **de o** trem passar.” (ed. 211, mar. 2005, p. 20)
 “No século 13, um grupo de cabalistas espanhóis começou a se preocupar com o risco **de a** tradição se perder e decidiu registrá-la.” (ed. 214, jun. 2005, p. 66)

Nas revistas analisadas, foram encontradas vinte e oito dessas ocorrências, sendo que vinte e seis estavam de acordo com a gramática tradicional. Esse número corresponde a 92,85%. Apenas dois casos foram empregados em desacordo com a gramática, o que significa 7,15%, conforme mostra o gráfico a seguir.

GRÁFICO Nº 02 – Emprego de sujeito preposicionado



Com os levantamentos efetuados, verificou-se que, na *Superinteressante*, predomina o emprego do verbo *haver*, na acepção de *existir*, em lugar do verbo *ter*, e do sujeito do infinitivo, não-preposicionado, como recomenda a gramática tradicional. A tabela a seguir mostra esses resultados:

PLANILHA TOTAL DE OCORRÊNCIA DOS CASOS

EMPREGO DOS VERBOS <i>TER E HAVER</i> NA ACEPÇÃO DE <i>EXISTIR</i>		EMPREGO DE SUJEITO PREPOSICIONADO	
TOTAL DE CASOS: 413		TOTAL DE CASOS: 28	
Emprego do verbo <i>haver</i> , como recomenda a GT	Emprego do verbo <i>ter</i> , não-recomendado pela GT	De acordo com a GT	Em desacordo com a GT
384	29	26	2

Partiu-se, então, para a análise do número de ocorrências encontrado em cada exemplar da revista, com o intuito de verificar se esse número, quanto mais recente fosse o ano de publicação, revelaria aumento. Se houvesse esse aumento, isso poderia ser um indício de que, paulatinamente, a língua padrão escrita estaria assimilando as ocorrências da língua falada.

Como mostram as tabelas a seguir, não se encontrou uma variação significativa que revelasse essa tendência.

IDENTIFICAÇÃO DA REVISTA	EMPREGO DOS VERBOS <i>TER E HAVER</i> NO SENTIDO DE <i>EXISTIR</i>	EMPREGO DE SUJEITO PREPOSICIONADO		
SUPERINTERESSANTE. São Paulo: Abril, ano 14 n. 11, novembro 2000.	TOTAL DE CASOS: 42	TOTAL DE CASOS: 4		
	Emprego do verbo <i>haver</i>	Emprego do verbo <i>ter</i>	De acordo com a GT	Em desacordo com a GT
	39	3	4	0

IDENTIFICAÇÃO DA REVISTA	EMPREGO DOS VERBOS <i>TER E HAVER</i> NO SENTIDO DE <i>EXISTIR</i>	EMPREGO DE SUJEITO PREPOSICIONADO		
SUPERINTERESSANTE. São Paulo: Abril, n. 06, junho 2001.	TOTAL DE CASOS: 44	TOTAL DE CASOS: 1		
	Emprego do verbo <i>haver</i>	Emprego do verbo <i>ter</i>	De acordo com a GT	Em desacordo com a GT
	40	4	1	0

IDENTIFICAÇÃO DA REVISTA	EMPREGO DOS VERBOS <i>TER E HAVER</i> NO SENTIDO DE <i>EXISTIR</i>	EMPREGO DE SUJEITO PREPOSICIONADO		
SUPERINTERESSANTE. São Paulo: Abril, ano 15 no. 7, julho 2001.	TOTAL DE CASOS: 62	TOTAL DE CASOS: 2		
	Emprego do verbo <i>haver</i>	Emprego do verbo <i>ter</i>	De acordo com a GT	Em desacordo com a GT
	60	2	2	0

IDENTIFICAÇÃO DA REVISTA	EMPREGO DOS VERBOS <i>TER</i> <i>E HAVER</i> NO SENTIDO DE <i>EXISTIR</i>	EMPREGO DE SUJEITO PREPOSICIONADO		
SUPERINTERESSANTE. São Paulo: Abril, edição 176, maio 2002.	TOTAL DE CASOS: 25	TOTAL DE CASOS: 4		
	Emprego do verbo <i>haver</i>	Emprego do verbo <i>ter</i>	De acordo com a GT	Em desacordo com a GT
	24	1	4	0

IDENTIFICAÇÃO DA REVISTA	EMPREGO DOS VERBOS <i>TER</i> <i>E HAVER</i> NO SENTIDO DE <i>EXISTIR</i>	EMPREGO DE SUJEITO PREPOSICIONADO		
SUPERINTERESSANTE. São Paulo: Abril, edição 196, janeiro 2004.	TOTAL DE CASOS: 34	TOTAL DE CASOS: 1		
	Emprego do verbo <i>haver</i>	Emprego do verbo <i>ter</i>	De acordo com a GT	Em desacordo com a GT
	32	2	1	0

IDENTIFICAÇÃO DA REVISTA	EMPREGO DOS VERBOS <i>TER</i> <i>E HAVER</i> NO SENTIDO DE <i>EXISTIR</i>	EMPREGO DE SUJEITO PREPOSICIONADO		
SUPERINTERESSANTE. São Paulo: Abril, edição 203, agosto, 2004.	TOTAL DE CASOS: 41	TOTAL DE CASOS: 1		
	Emprego do verbo <i>haver</i>	Emprego do verbo <i>ter</i>	De acordo com a GT	Em desacordo com a GT
	37	4	1	0

IDENTIFICAÇÃO DA REVISTA	EMPREGO DOS VERBOS <i>TER</i> <i>E HAVER</i> NO SENTIDO DE <i>EXISTIR</i>	EMPREGO DE SUJEITO PREPOSICIONADO		
SUPERINTERESSANTE. São Paulo: Abril, ed. 210, fevereiro, 2005.	TOTAL DE CASOS: 27	TOTAL DE CASOS: 3		
	Emprego do verbo <i>haver</i>	Emprego do verbo <i>ter</i>	De acordo com a GT	Em desacordo com a GT
	27	-	3	0

IDENTIFICAÇÃO DA REVISTA	EMPREGO DOS VERBOS <i>TER</i> <i>E HAVER</i> NO SENTIDO DE <i>EXISTIR</i>	EMPREGO DE SUJEITO PREPOSICIONADO		
SUPERINTERESSANTE. São Paulo: Abril, ed. 211, março, 2005.	TOTAL DE CASOS: 23	TOTAL DE CASOS: 5		
	Emprego do verbo <i>haver</i>	Emprego do verbo <i>ter</i>	De acordo com a GT	Em desacordo com a GT
	23	0	4	1

IDENTIFICAÇÃO DA REVISTA	EMPREGO DOS VERBOS <i>TER</i> E <i>HAYER</i> NO SENTIDO DE <i>EXISTIR</i>	EMPREGO DE SUJEITO PREPOSICIONADO		
SUPERINTERESSANTE. São Paulo: Abril, ed. 212, abril, 2005.	TOTAL DE CASOS: 23	TOTAL DE CASOS: 0		
	Emprego do verbo <i>haver</i>	Emprego do verbo <i>ter</i>	De acordo com a GT	Em desacordo com a GT
	19	4	0	0

IDENTIFICAÇÃO DA REVISTA	EMPREGO DOS VERBOS <i>TER</i> E <i>HAYER</i> NO SENTIDO DE <i>EXISTIR</i>	EMPREGO DE SUJEITO PREPOSICIONADO		
SUPERINTERESSANTE. São Paulo: Abril, edição 213, maio, 2005.	TOTAL DE CASOS: 26	TOTAL DE CASOS: 1		
	Emprego do verbo <i>haver</i>	Emprego do verbo <i>ter</i>	De acordo com a GT	Em desacordo com a GT
	23	3	1	0

IDENTIFICAÇÃO DA REVISTA	EMPREGO DOS VERBOS <i>TER</i> E <i>HAYER</i> NO SENTIDO DE <i>EXISTIR</i>	EMPREGO DE SUJEITO PREPOSICIONADO		
SUPERINTERESSANTE. São Paulo: Abril, ed. 214, junho, 2005.	TOTAL DE CASOS: 20	TOTAL DE CASOS: 3		
	Emprego do verbo <i>haver</i>	Emprego do verbo <i>ter</i>	De acordo com a GT	Em desacordo com a GT
	18	2	2	1

6. Conclusão

A investigação feita nos doze exemplares da revista *Superinteressante*, publicados entre 2000 e 2005, revela que a língua padrão escrita contemporânea, ainda que conservadora, apresenta algumas poucas modificações com relação à língua escrita padrão que é descrita pela gramática tradicional. Em relação ao emprego do verbo *ter* no lugar de *haver*, na acepção de *existir*, dos quatrocentos e treze casos encontrados, apenas vinte e nove são do verbo *ter*. Isso corresponde a 7,1% do total de ocorrências. Quanto ao emprego de sujeito preposicionado, dos vinte e oito casos encontrados, vinte e seis deles estão de acordo com a gramática tradicional, correspondendo a um percentual de 92,85%. Os casos em desacordo correspondem a 7,15%. Tanto no caso do verbo *ter* no lugar de *haver*, quanto no do emprego de sujeito preposicionado, as ocorrências em desacordo com a gramática tradicional são baixas. Tomando esses números como referência, fica comprovado que a os dois fenômenos analisados ainda não se constituem como nova norma na língua padrão escrita, embora sejam recorrentes na língua falada. Isso reflete o conservadorismo da língua padrão escrita, ainda que já incorpore — com baixa frequência, é verdade — os fenômenos da língua falada.

Mais pesquisas que procurem descrever a língua padrão escrita devem ser feitas onde ela se manifesta, ou seja, em textos oficiais, técnico-científicos e jornalísticos. Essas pesquisas podem auxiliar o professor a

ter um posicionamento mais claro em relação à sua prática pedagógica. Não é raro encontrar professores que, em decorrência das críticas que se fazem a um ensino de língua que se resume a prescrever o “certo” e o “errado” em termos lingüísticos, perderam seu referencial. Devem lembrar-se de que, como afirma MENDES (2006, p. 47), “É preciso ficar claro que não existe nenhuma variedade do português considerada certa ou errada, porém não seguir as regras de certa variedade constitui erro.” E o aluno precisa saber disso. É papel da escola ensinar a língua padrão escrita, e isso não significa ter uma postura normativista. É preciso, sim, levar os alunos a refletir sobre a língua; no dizer de NEVES (2002, p. 231), torná-los “usuários da língua no padrão necessário à ocupação de posições minimamente situadas na escala social”.

7. Referências bibliográficas

BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico, o que é, como se faz*. 33. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

_____.(Org.) *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa: cursos de 1º e 2º graus*. 36. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.

CAMPOS, Edson Nascimento. A dimensão discursiva da divulgação científica. In: MENDES, Eliana Amarante de Mendonça, BENN-IBLER, Veronika, OLIVEIRA, Paulo de. (org.) *O novo milênio: interfaces lingüísticas e literárias*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 36. ed. rev. e ampl. São Paulo: Nacional, 1993.

FARACO & MOURA. *Gramática*. 7. ed. rev. ampl. São Paulo: Ática, 1990.

LEME, Odilon Soares. *Tirando dúvidas de português*. São Paulo: Ática, 1992.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 31. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

LIMA, Rosângela Borges. *Estudo da norma escrita brasileira presente em textos jornalísticos e técnico-científicos*. 2003. Tese (Doutorado em Letras: estudos lingüísticos) – FALE/UFMG, Belo Horizonte.

MANUAL DE ESTILO EDITORA ABRIL: como escrever bem para nossas revistas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

MENDES, Fernanda Teixeira da Costa. *Relações entre o desempenho lingüístico-textual e o conhecimento gramatical explícito: estudo aplicado a jornalistas do jornal Estado de Minas*. 2006. Tese (Mestrado) – FALE/UFMG, Belo Horizonte.

NETO, Pasquale Cipro. *Nossa língua em letra e música*. São Paulo: Publifolha, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: UNESP, 2002.

PASCHOALIN & SPADOTO. *Teoria e exercícios*. São Paulo: FTD, 1989.

PIACENTINI, Maria Tereza de Queiroz. *Concordância verbal*. Curitiba – PR, 16 jul. 2005. Disponível em: <http://www.linguabrasil.com.br>>. Acessado em 16 jul. 2005.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola?* Campinas: ALB/Mercado de Letras, 1997.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Como elaborar trabalhos acadêmicos*. Belo Horizonte: ed. do autor, 2002.

SACCONI, Luiz Antônio. *Gramática essencial da língua portuguesa: teoria e prática*. São Paulo: Atual, 1989.

_____. *Não erre mais!*. 10. ed. rev. São Paulo: Ática, 1987.

SAVIOLI, Francisco Platão. *Gramática com 44 lições: com mais de 1700 exercícios*. São Paulo: Ática, 1992.

SENA, Wagner da Rocha. *Contribuição ao estudo da norma culta escrita do português do Brasil*. 1986. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, PUC, Rio de Janeiro.

SUPERINTERESSANTE. São Paulo: Abril, n.5, maio. 2000.

_____. São Paulo: Abril, ano 14, n.11, nov. 2000.

_____. São Paulo: Abril, n.6, jun. 2001.

_____. São Paulo: Abril, ano 15, n.7, jul. 2001.

_____. São Paulo: Abril, ed. 176, maio 2002.

_____. São Paulo: Abril, ed. 196, jan. 2004

_____. São Paulo: Abril, ed. 203, ago. 2004.

_____. São Paulo: Abril, ed. 213, maio 2005.

_____. São Paulo: Abril, ed. 210, fev. 2005.

_____. São Paulo: Abril, ed. 11, mar. 2005.

_____. São Paulo: Abril, ed. 212, abr. 2005.

_____. São Paulo: Abril, ed. 214, jun. 2005.